



TEORIA E EXERCÍCIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM-RJ

I PROFESSOR II

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Conhecimentos Gerais
- ✓ Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Informática Básica (On-line)
- ✓ Conhecimentos em Legislação (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026



Prefeitura Municipal de Guapimirim-RJ

Professor II

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor II de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Guapimirim-RJ.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto ACCESS, organizadora contratada para a realização do certame, questões de bancas variadas, para que você amplie seu repertório de prática, e questões inéditas, preparadas por profissionais da área para melhor atender às necessidades do edital e aproximar a prática do estilo de cobrança da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Informática Básica e Conhecimentos em Legislação disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS	12
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	22
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	23
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	24
Colocação Pronominal	33
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	41
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	51
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	53
■ CRASE	60
■ PONTUAÇÃO.....	62
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	65
■ SEMÂNTICA.....	70
SENTIDO DAS PALAVRAS NO CONTEXTO.....	70
SINONÍMIA	70
ANTONÍMIA.....	70
POLISSEMIA	71
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM	71
■ REESCRITA E CORREÇÃO GRAMATICAL DE FRASES E TEXTOS.....	72
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83

CONHECIMENTOS GERAIS.....	117
■ TEMAS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS ATUAIS DE INTERESSE MUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL RELACIONADOS À POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, CIDADANIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, SEGURANÇA, CULTURA, ARTES E LITERATURA	117
■ ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DO BRASIL	185
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA	213
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO – ARTS. 205 A 214	213
■ LEI FEDERAL Nº 9.394/1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)	217
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS	245
■ LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	250
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	311
■ EDUCAÇÃO, ESCOLA E APRENDIZAGEM	311
■ FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	312
■ EDUCAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO – DIVERSIDADE E CONVIVÊNCIA ESCOLAR.....	314
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	317
DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL.....	317
■ DESENVOLVIMENTO INFANTIL E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM.....	318
■ RELAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE	324
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	325
COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	325
ENSINO FUNDAMENTAL: COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ÁREAS DO CONHECIMENTO	328
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO.....	334
REcursos Educacionais Digitais.....	336
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E ESTRUTURA.....	339
■ DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.....	346

■ EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITOS DE APRENDIZAGEM E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	347
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS	347
■ DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ESTUDANTE	349
■ EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	353
■ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO – PLANEJAMENTO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	354
Planejamento Educacional e Plano de Aula	354
■ ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO – LEITURA E ESCRITA	356
■ ORALIDADE E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	358
■ ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA	363
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	365
■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)	369
■ METODOLOGIAS ATIVAS	371
■ PROJETOS E SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS	372
■ INTERDISCIPLINARIDADE	374
■ RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLÓGICOS	375
■ ACESSIBILIDADE E ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS	377
■ CULTURA DE PAZ	378
■ CONVIVÊNCIA ESCOLAR E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	379
■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO	381
■ FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE APOIO AO ENSINO E À APRENDIZAGEM	382

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

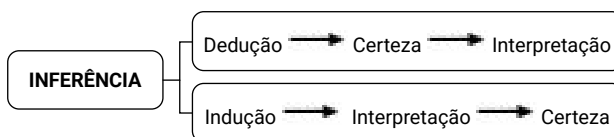
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

TEMAS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS ATUAIS DE INTERESSE MUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL RELACIONADOS À POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, CIDADANIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, SEGURANÇA, CULTURA, ARTES E LITERATURA

JANEIRO DE 2026

Mundo

● 56ª edição do Fórum Econômico Mundial¹

O encontro do Fórum Econômico Mundial (WEF) foi realizado em Davos, na Suíça, entre os dias 19 e 23 de janeiro e reuniu chefes de Estado e de governo, ministros, dirigentes de organismos internacionais, executivos de grandes empresas e especialistas.

As pautas concentram-se nas discussões dos principais desafios globais contemporâneos, com destaque para o crescimento econômico em um cenário de incertezas, a cooperação internacional, a inovação tecnológica, a sustentabilidade ambiental e, por último, a transição energética.

Um dos eixos centrais do encontro foi a intensificação das tensões geoeconômicas entre grandes potências, envolvendo disputas comerciais, cadeias globais de valor, política industrial e segurança energética. No que tange ao Brasil, os temas discutidos em Davos, na conferência, dialogam diretamente com desafios internos, como crescimento econômico sustentável, inserção competitiva no comércio internacional, transição energética e atração de investimentos externos.

Assim sendo, a realização do WEF e seus debates tiveram ampla repercussão, evidentemente, na imprensa internacional, assim como na brasileira, sendo analisados sob a perspectiva do posicionamento dos países no cenário global e da capacidade de atração de investimentos. A participação e o nível de representação nacional em eventos desse

porte costumam ser interpretados como indicadores da estratégia de inserção internacional dos Estados.

● Valorização do ouro e sinais de instabilidade econômica global²

O preço do ouro atingiu, no começo de 2026, valores recordes no mercado internacional, superando, pela primeira vez, a marca de US\$ 5.500. Esse fenômeno foi interpretado por analistas econômicos como um indicador de fragilidade da economia global.

Tradicionalmente considerado um ativo de proteção (ativo de refúgio), o ouro tende a se valorizar em períodos de elevada incerteza econômica, instabilidade financeira ou tensões geopolíticas. Segundo especialistas, a forte demanda pelo metal precioso reflete a perda de confiança em outros ativos financeiros, como moedas e títulos públicos, sobretudo em contextos de inflação persistente, desaceleração econômica e conflitos internacionais. Esse comportamento dos investidores é comparado a uma “febre”, pois revela uma busca intensa por segurança patrimonial.

Ao contrário de crises passadas, o contexto atual é marcado por um grave quadro de desarticulação institucional nos Estados Unidos e por tensões geopolíticas inéditas, intensificadas durante a segunda gestão de Donald Trump na presidência estadunidense. Entre outros fatores, a valorização expressiva do metal no início do ano de 2026 foi associada à incerteza no que diz respeito ao crescimento econômico mundial, às tensões entre grandes potências e também às dificuldades de coordenação das políticas econômicas globais.

Dessa maneira, o que se pode concluir é que a valorização do ouro não representa apenas uma oportunidade de investimento, mas também um termômetro da confiança dos agentes econômicos no funcionamento da economia global.

● Pressão política sobre o Federal Reserve dos EUA³

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reagiu publicamente às ações da Casa Branca ao afirmar que a ameaça de uma acusação criminal estaria sendo utilizada como um pretexto para interferir nas decisões sobre a taxa de juros. Ao endurecer o discurso, Powell classificou a situação como uma pressão política inédita sobre o banco central estadunidense, destacando que tentativas desse tipo colocam em risco a autonomia da política monetária e a credibilidade institucional do Fed.

O episódio reacendeu o debate sobre a independência do banco central em relação ao Poder Executivo, princípio considerado fundamental para a estabilidade econômica. Enquanto Powell reforçou a necessidade de decisões técnicas baseadas em indicadores

1 JOHN, M. Confronto econômico entre países lidera riscos do Fórum Econômico Mundial. **CNN Brasil**, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/confronto-economico-entre-paises-lidera-riscos-do-forum-economico-mundial>. Acesso em: 3 fev. 2026.

2 ‘FEBRE do ouro’ é sintoma de uma economia doente, afirma economista; valor bateu recorde em janeiro. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2026/01/31/febre-do-ouro-e-sintoma-de-uma-economia-doente-afirma-economista-valor-bateu-recorde-em-janeiro.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

3 COLAÇO, J. Powell reage à Casa Branca e expõe pressão política inédita sobre o Federal Reserve. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/12/powell-reage-a-casa-branca-e-expoe-pressao-politica-inedita-sobre-o-federal-reserve.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO – ARTS. 205 A 214

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

Art. 205 *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

Art. 206 *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade;*
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade¹ entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

Art. 207 *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Art. 208 *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

EDUCAÇÃO, ESCOLA E APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem é algo mais amplo do que apenas dominar o conteúdo. Para que esse procedimento de ensinar e aprender aconteça, é importante que o desenvolvimento intelectual, físico e a apropriação de conhecimentos caminhem juntos. Por esse motivo, o aluno precisa ser orientado por meio de métodos, pesquisas e observações com objetivos definidos.

Libâneo (1984, p. 104) define aprendizagem como “um processo de assimilação de conhecimentos escolares por meio da atividade própria dos alunos”.

Dica

A obra Didática (1984), do professor José Carlos Libâneo, é um livro fundamental na formação e no aperfeiçoamento de professores de todos os níveis, além de uma principal referência para quem também pretende gabaritar a temática.

PROCESSOS DIDÁTICOS BÁSICOS: ENSINO E APRENDIZAGEM

Para Libâneo (2013), é importante garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem. O autor também propõe que analisemos cada parte desse processo separadamente. Vejamos:

- **Processo:** ato formativo;
- **Ensino:** “tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar, por meio desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p. 80).
- **Aprendizagem:** “é a atividade do aluno de assimilação conhecimentos e habilidades” (LIBÂNEO, 2013, p. 92).

O autor distingue as aprendizagens em casual ou organizada:

- **Aprendizagem casual:** é a aprendizagem espontânea que nasce naturalmente nas relações com o ambiente e as pessoas. Surge a partir da convivência social;
- **Aprendizagem organizada:** aparece com uma finalidade específica. É aquela em que são determinados os conhecimentos, as habilidades e até mesmo as regras sociais. Aqui, aparece a chamada aprendizagem escolar (LIBÂNEO, 1990, p. 82).

O autor enfatiza a **aprendizagem escolar** como uma atividade planejada, intencional e dirigida, não sendo em hipótese alguma casual ou espontânea. Com isso, pode-se pensar que o conhecimento se baseia em dados da realidade.

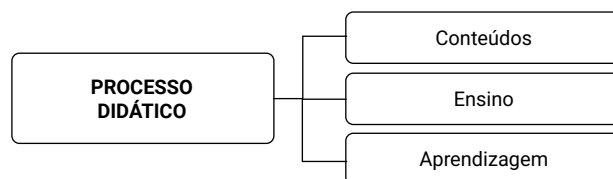
Podemos dizer que existem dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. Nesse sentido, eles determinam uma interligação nos momentos da assimilação ativa, implicando nas atividades mental e práticas.

O ensino tem três funções inseparáveis:

- Organizar os conteúdos para transmissão, oferecendo ao aluno uma relação subjetiva com os mesmos;
- Ajudar os alunos nas suas possibilidades de aprender;
- Dirigir e controlar atividades do professor para os objetivos da aprendizagem.

ESTRUTURA, COMPONENTES E DINÂMICA DO PROCESSO DE ENSINO

A estrutura e componentes explica o processo didático como a ação recíproca entre três componentes:



O processo de ensino realizado é um sistema articulado, formado pelos objetivos, conteúdos, métodos e condições, sendo, como sempre, o docente o responsável por essa condução.

Aprendizagem

Pilletti (1998) destaca três tipos de aprendizagem:

MOTORA OU MOTRIZ	COGNITIVA	AFETIVA
Simple habilidades motoras, como fala, escrita, andar de bicicleta etc.	Informações, conhecimentos	Sentimento e emoções

Ainda de acordo com Piletti (1988), a aprendizagem ocorre em fases, sendo a primeira a fase da **observação** de uma situação concreta, cuja primeira percepção é geral e difusa. A segunda é a da **análise**, que considera a diversidade dos elementos que integram o conjunto de circunstâncias em que o aprendiz está inserido. A terceira, a fase da **síntese**, é quando ocorrem as conclusões.

A relação do processo entre ensino e aprendizagem não pode ser mecânica. A relação deve ser mútua, na qual o professor deve direcionar a aprendizagem e os alunos devem colaborar com atividades, sendo recíproco o trabalho entre professores e alunos.

O processo de ensino deve considerar atitudes, conhecimentos, habilidades e capacidades cognitivas dos alunos.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO